



**PAUTA
PARA A 111ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 29 DE SETEMBRO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1286, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a criação, o comércio e o transporte de abelhas sem ferrão (meliponíneas) no Estado.

2 - Projeto de lei nº 1287, de 2015, de autoria da deputada Rita Passos. Declara de utilidade pública o "Ministério Rocha de Israel", com sede em Itu.

3 - Projeto de lei nº 1288, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública o "Espaço Crescer - Livre Criatividade", com sede em Atibaia.

4 - Projeto de lei nº 1289, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a instalação de fraldários masculinos nos estabelecimentos da Administração direta, indireta e fundacional do Estado, e dá outras providências.

5 - Projeto de lei nº 1290, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dá a denominação de "Padre Pedro Lopes" à Fundação Casa - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, em Taubaté.

6 - Moção nº 102, de 2015, de autoria do deputado Barros Munhoz. Aplauda a Federação Paulista de Futebol por ter em seus quadros, na qualidade de auditor do Tribunal de Justiça Desportiva, o Dr. Nagib Miguel Neto, por sua trajetória profissional e contribuição para a sociedade.

7 - Moção nº 103, de 2015, de autoria do deputado André Soares. Apela para a Sra. Presidente da República, para os Srs. Presidentes da Câmara e do Senado Federal, e para os Líderes de Bancada com assento nas duas Casas Legislativas, a fim de que empreendam esforços para aprovar o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013, que acrescenta o inciso VII ao § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

8 - Moção nº 104, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Apela para o Sr. Presidente do Senado, bem como para os Líderes Partidários no Congresso Nacional, demais Senadores, Presidente da Câmara dos Deputados e demais líderes na Câmara, no sentido de tomarem as medidas cabíveis, urgentes e necessárias à não aprovação do Projeto de Lei que institui a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1280, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Declara de utilidade pública a "Associação para Pesquisa e Assistência em Transplante - APAT", em São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 1281, de 2015, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Altera a redação da Lei nº 15.266, de 2013, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual.

3 - Projeto de lei nº 1282, de 2015, de autoria do deputado Léo Oliveira. Obriga as concessionárias exploradoras de pedágio situadas no âmbito do Estado a cederem passe livre às ambulâncias de hospitais, clínicas, empresas e similares, conforme determina o inciso VII do art. 29 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei Federal nº 9.503, de 1997.

4 - Projeto de lei nº 1283, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dispõe sobre a obrigatoriedade de regulamentação das atividades de guardador e lavador autônomo de veículos automotores no âmbito do Estado.

5 - Projeto de lei nº 1284, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de estações de recarga de bateria para aparelhos eletrônicos portáteis por meio de energia solar.

6 - Projeto de lei nº 1285, de 2015, de autoria do deputado Feliciano Filho. Torna obrigatória a divulgação, no "site" oficial da Prefeitura, da foto de todo animal que tenha dado entrada nos centros de controle de zoonoses, canis municipais e estabelecimentos congêneres do Estado.

7 - Moção nº 98, de 2015, de autoria do deputado Coronel Camilo e outros. Aplauda o conjunto dos servidores que atuam na Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo e repudia as críticas veiculadas na mídia que, desprovidas de ética e boa-fé, distorcem a verdade e tentam tornar ilegítimas as ações da Corregedoria.

8 - Moção nº 99, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Manifesta apoio à proposta da Federação das APAEs do Estado de São Paulo (FEAPAES-SP) pela iniciativa da campanha " Setembro Verde", para marcar o mês oficial da inclusão da pessoa com deficiência no Estado.

9 - Moção nº 100, de 2015, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Aplauda e manifesta solidariedade aos funcionários e servidores da educação do Estado de São Paulo, em nome da AFUSE - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo, em campanha salarial por melhores condições de trabalho, reajuste e dignidade humana na rede estadual de ensino.

10 - Moção nº 101, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para o Sr. Ministro de Estado das Cidades e para todos os demais Poderes da União, Estados e dos Municípios a fim de que tomem medidas mais assertivas, conscientes e menos pesarosas aos cidadãos, através dos quais fomos eleitos para defender, fiscalizar, legislar e governar a seu favor.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 29, de 2015, de autoria da Mesa. Institui o "Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo".

2 - Projeto de lei nº 1275, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a "Brota Vida - Casa de Apoio a Pessoa com Câncer de Araçatuba e Região", em Araçatuba.

3 - Projeto de lei nº 1276, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "José Ferreira de Moraes - Zequinha" ao trevo de entrada localizado no km 445 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, em Lins.

4 - Projeto de lei nº 1277, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a Organização não Governamental "Pequeninos do Jandaia" Escolinha de Futebol do Jandaia, em Birigui.

5 - Projeto de lei nº 1278, de 2015, de autoria da deputada Marcia Lia. Declara de utilidade pública a Casa de Apoio, Recuperação e Tratamento para Dependentes Químicos "São Francisco de Assis" - Recanto do Senhor, em Araraquara.

6 - Projeto de lei nº 1279, de 2015, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dá a denominação de "Professor Pedro Cia" ao prédio da "Escola Estadual do Jardim Riviera", em Santo André.

7 - Moção nº 97, de 2015, de autoria do deputado Márcio Camargo e outros. Manifesta repúdio à forma como a empresa Delphi Automotive está pretendendo e conduzindo o seu processo de transferência de planta de Cotia para Piracicaba.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 394, de 2011, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Gabriel Jabur" ao viaduto localizado no km 510,46 da Rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Votuporanga. Parecer nº 1103, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 595, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Domingos Biaggio" ao viaduto localizado no km 519+300 m da Rodovia Pref. Homero Severo Lins - SP 284, em Rancharia. Parecer nº 1104, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

3 - Moção nº 18, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Apela para a Senhora Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes que sejam empreendidos todos os esforços necessários para corrigir e melhorar a situação da Previdência Social, bem como garantir que haja uma melhora no atendimento da população, que reclama da falta de médicos para as perícias e de funcionários, de agendamentos nos quais não constam previsões de datas para aposentadorias e de agendamento de perícias

em municípios distantes mais de 100 quilômetros. Parecer nº 1105, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

4 - Moção nº 22, de 2015, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério dos Transportes, bem como ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT, a imediata adoção das providências necessárias, a fim de, atendendo à demanda que muito aflige a população afetada, ser construída uma passarela no km 197/198 da Rodovia Presidente Dutra, sentido São Paulo - Rio de Janeiro, entre as cidades de Arujá e Santa Isabel. Parecer nº 1106, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

5 - Moção nº 23, de 2015, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei 4330/2004, que busca regularizar a precarização do trabalho no Brasil, não seja efetivado, porque o desenvolvimento econômico e social do nosso país não pode ser construído sobre a miséria e a morte dos trabalhadores brasileiros. Parecer nº 1107, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

6 - Moção nº 30, de 2015, de autoria do deputado Enio Tatto. Manifesta apoio aos professores e apela para que o Sr. Governador abra, em caráter de urgência, as negociações com o magistério da rede pública de ensino do estado, com vistas ao atendimento das justas reivindicações da categoria, o que implica não apenas a aplicação dos reajustes salariais pleiteados, mas também a adoção das medidas visando à melhoria das condições de ensino no nosso Estado. Parecer nº 1108, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 368, de 2015, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Declara de utilidade pública a "Associação Filantrópica Católica Ortodoxa", em Santos.

2 - Projeto de lei nº 407, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Comunitária Prima", em Monte Mor.

3 - Projeto de lei nº 1178, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Declara de utilidade pública a "Associação para Auxílio de Dependentes Químicos - AMOSTRA", em Ribeirão Preto.

2ª Sessão

Projeto de lei nº 523, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Educacional Circense Tapias Voadores", em Diadema.